

Agricultura urbana como estratégia socioespacial: uma análise em territórios vulneráveis

SESSÃO TEMÁTICA: DIMENSÃO BIOFÍSICA DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

David Alves Finotti Camardelli de Azerêdo
Universidade Federal de Goiás - UFG
E-mail: finotti_david@ufg.br

RESUMO

A agricultura urbana tem emergido como uma estratégia socioespacial relevante para a construção de cidades mais justas, sustentáveis e resilientes. Este artigo discute o papel da agricultura urbana como instrumento de transformação territorial, abordando sua relação com a requalificação da paisagem, a ocupação de vazios urbanos, a segurança alimentar e a inclusão socioeconômica. A metodologia fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, ancorada em revisão bibliográfica e análise documental de experiências nacionais e internacionais, como os casos de Havana, Nova Iorque e São Paulo. Argumenta-se que a agricultura urbana atua como uma infraestrutura verde de baixo custo, capaz de reconfigurar o metabolismo urbano e ativar redes de solidariedade. A análise indica que a integração dessas práticas ao planejamento urbano potencializa serviços ecossistêmicos e amplia o direito à cidade. Conclui-se que a valorização institucional e a articulação com políticas públicas são fundamentais para promover ecossistemas urbanos mais inclusivos, produtivos e ambientalmente integrados.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura urbana; uso do solo; segurança alimentar; resiliência urbana; paisagem.

ABSTRACT

Urban agriculture has emerged as a relevant socio-spatial strategy for building fairer, sustainable, and resilient cities. This article discusses the role of urban agriculture as an instrument of territorial transformation, addressing its relationship with landscape requalification, the occupation of urban voids, food security, and socioeconomic inclusion. The methodology is based on a qualitative, exploratory approach, grounded in bibliographic review and documentary analysis of national and international experiences, such as the cases of Havana, New York, and São Paulo. It is argued that urban agriculture functions as a low-cost green infrastructure, capable of reconfiguring urban metabolism and activating solidarity networks. The analysis indicates that integrating these practices into urban planning enhances ecosystem services and expands the right to the city. It is concluded that institutional recognition and coordination with public policies are essential to promote more inclusive, productive, and environmentally integrated urban ecosystems.

KEYWORDS: urban agriculture; land use; food security; urban resilience; landscape.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a agricultura urbana (AU) tem se consolidado como uma prática multifuncional nas cidades contemporâneas, articulando dimensões sociais, ambientais e territoriais. Em um cenário marcado pela expansão desordenada dos centros urbanos, pela intensificação das desigualdades socioespaciais e pela emergência das crises alimentares e climáticas, as práticas agrícolas em áreas urbanas e periurbanas surgem como alternativas de enfrentamento a esses desafios, especialmente nos territórios mais vulneráveis (FILHO ET AL., 2016; DELGADO, 2017).



Além de representar uma estratégia de produção de alimentos saudáveis, a agricultura urbana tem o potencial de reconfigurar usos do solo urbano, promover a requalificação de vazios e contribuir para a resiliência das cidades diante de pressões ambientais e sociais. Como apontam Mougeot (2006) e Lefebvre (2001), o espaço urbano é produto de relações sociais e, nesse sentido, a apropriação coletiva da terra para fins produtivos se insere na luta pelo direito à cidade, pelo reconhecimento da função social da propriedade urbana e pelo fortalecimento de ecossistemas urbanos sustentáveis.

No campo do planejamento urbano e ambiental, cresce o interesse por abordagens que compreendem a agricultura urbana como parte das infraestruturas verdes urbanas (CAMPBELL ET AL., 2009), capazes de fornecer serviços ecossistêmicos relevantes, tais como a regulação climática, a preservação da biodiversidade, o aproveitamento de resíduos orgânicos e a integração paisagística. Ao mesmo tempo, tais práticas são importantes estratégias de inclusão socioeconômica, promovendo geração de renda, fortalecimento da economia solidária e soberania alimentar para grupos historicamente marginalizados (LARSEM, 2009).

Este artigo busca refletir sobre o papel da agricultura urbana na transformação do espaço urbano e na construção de cidades mais resilientes, a partir da análise de sua capacidade de alterar a paisagem urbana, ocupar terrenos ociosos com função social, e construir alternativas alimentares e econômicas em meio a um contexto de urbanização desigual. O artigo está estruturado em cinco partes: após esta introdução, apresenta-se a metodologia adotada; em seguida, discute-se o conceito de agricultura urbana sob diferentes dimensões; na sequência, analisa-se seu papel na requalificação urbana e na construção da resiliência; por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Este artigo se fundamenta em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, ancorada em revisão bibliográfica e análise documental. A estratégia metodológica adotada consiste na articulação entre referencial teórico e estudos empíricos sobre agricultura urbana, com foco nas relações entre uso do solo, transformação da paisagem, segurança alimentar e construção da resiliência urbana.

A revisão bibliográfica contemplou autores que discutem a agricultura urbana como fenômeno socioespacial (FILHO ET AL., 2016; MOUGEOT, 2006), sua inserção nas políticas públicas (DELGADO, 2017; CAMPBELL ET AL., 2009), e seu papel na promoção do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2012). A análise documental considerou estudos de caso, diagnósticos urbanos e relatórios técnicos de experiências de agricultura urbana no Brasil e em

outros contextos do Sul Global, observando suas contribuições para o ordenamento territorial, a geração de renda, a inclusão social e a sustentabilidade urbana.

A estrutura analítica foi construída com base em três eixos interpretativos, a ocupação do solo e transformação da paisagem urbana, segurança alimentar e inclusão socioeconômica e serviços ecossistêmicos e resiliência urbana.

Esses eixos permitiram interpretar a agricultura urbana como prática que tensiona o modelo hegemônico de urbanização, promovendo a ressignificação dos espaços urbanos ociosos e a articulação entre natureza, território e justiça social.

3 A AGRICULTURA URBANA COMO PRÁTICA ESTRATÉGICA DE REORGANIZAÇÃO

TERRITORIAL

A agricultura urbana, em sua multiplicidade de formas e funções, configura-se como uma prática estratégica de reorganização territorial em contextos urbanos marcados por desigualdades e fragmentação. Ao ocupar terrenos baldios, áreas públicas ociosas ou espaços de transição urbana, essa prática ressignifica o uso do solo, desafiando a lógica da especulação imobiliária e repondo, de forma concreta, o debate sobre a função social da propriedade urbana (LEFEBVRE, 2001; CAMPBELL ET AL., 2009).

Essa ocupação produtiva do território urbano promove múltiplos efeitos sobre a paisagem, tanto no plano físico quanto simbólico. No plano físico, reconfigura vazios urbanos em áreas cultivadas, modificando a morfologia e o metabolismo urbano, introduzindo vegetação e novos usos em espaços antes marginalizados. No plano simbólico, afirma a presença de sujeitos e coletivos historicamente excluídos dos processos formais de planejamento, tensionando o modelo hegemônico de cidade e inserindo no debate urbano as práticas da vida cotidiana (FILHO ET AL., 2016; HARVEY, 2012).

A produção local de alimentos, associada ao espaço urbano, contribui para a segurança alimentar e nutricional, especialmente em territórios de maior vulnerabilidade social. A presença de hortas comunitárias, quintais produtivos ou projetos de agricultura urbana institucionalizados amplia o acesso a alimentos frescos, sem agrotóxicos, e fortalece redes de solidariedade e práticas de economia popular e solidária (LARSEM, 2009). Além disso, essa prática atua na complementação de renda, na formação de redes cooperativas e no empoderamento de populações periféricas, especialmente mulheres e idosos (DELGADO, 2017).

A AU destaca-se por sua capacidade de adaptação às dinâmicas e necessidades específicas do contexto urbano. A produção de alimentos em áreas urbanas pode representar uma importante estratégia de subsistência em períodos de crise, funcionando como mecanismo complementar de gestão de riscos e enfrentamento a desastres. Além disso, a presença da agricultura urbana em espaços estratégicos contribui para a preservação de áreas ambientalmente sensíveis, inibindo a ocupação desordenada e a formação de assentamentos informais em zonas de risco.

Outro aspecto relevante é seu potencial de mitigação dos efeitos sociais decorrentes de crises econômicas e da elevação dos preços dos alimentos, especialmente entre populações vulneráveis. Por meio da geração de empregos, da produção em pequena escala e do fortalecimento de economias locais, a AU atua diretamente na promoção da segurança

alimentar, no estímulo à autossuficiência e na melhoria da qualidade da nutrição e da saúde da população urbana (CAMPBELL et al., 2009).

A agricultura urbana também pode ser compreendida como infraestrutura verde, contribuindo para a prestação de serviços ecossistêmicos nas cidades. A introdução de vegetação em áreas urbanas promove a regulação microclimática, a redução de ilhas de calor, o sequestro de carbono e a ampliação da biodiversidade urbana (CAMPBELL ET AL., 2009; MOUGEOT, 2006). Esses efeitos ecológicos, somados aos benefícios sociais e econômicos, posicionam a agricultura urbana como estratégia de resiliência, sobretudo diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas e crises sanitárias recentes.

Segundo Larsem (2009), incorporar a dimensão alimentar ao planejamento urbano contribui significativamente para a promoção da sustentabilidade das cidades, ao mesmo tempo em que cria ambientes urbanos mais atrativos e saudáveis. Essa integração entre o projeto urbano e os sistemas alimentares possibilita não apenas o acesso equitativo a alimentos frescos e nutritivos, mas também a reconfiguração do espaço urbano como território produtivo e resiliente.

Nesse sentido, o autor propõe diretrizes fundamentais para essa articulação:

- 1-Aproveitar o potencial produtivo das áreas urbanas e seus recursos para garantir uma oferta de alimentos segura, saudável e ambientalmente sustentável;
- 2-Otimizar as sinergias entre os sistemas alimentares, hídricos, energéticos e nutricionais, promovendo a circularidade e a eficiência do metabolismo urbano;
- 3-Reduzir a dependência de longas cadeias de transporte de alimentos — e, conseqüentemente, do consumo de água e energia — ao incentivar a produção alimentar próxima aos locais de consumo.

Por fim, a presença de práticas agrícolas nas cidades transforma a própria paisagem urbana, convertendo espaços anteriormente marcados pela degradação ou abandono em territórios vivos, multifuncionais e dotados de novos significados. Essa transformação ativa uma lógica de requalificação urbana baseada na apropriação coletiva do território e na construção de alternativas socioambientais ao modelo urbano excludente, contribuindo para a realização do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001; FILHO ET AL., 2016).

3.1 A agricultura urbana e resiliência das cidades

A Nova Agenda Urbana, aprovada durante a Conferência Habitat III realizada em Quito, no Equador (ONU, 2015), estabelece diretrizes fundamentais para que os governos promovam um modelo de desenvolvimento urbano mais resiliente e sustentável. Ao considerar os desafios impostos pelas mudanças climáticas e pelas transformações demográficas, o documento orienta o uso responsável dos recursos naturais e dos ecossistemas, reforçando a necessidade de planejamento urbano integrado.

Nesse contexto, a forma como os centros urbanos são projetados, construídos, governados e geridos exerce influência decisiva sobre sua sustentabilidade e capacidade de resiliência. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 11 “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” sintetiza essa proposta de integração, estabelecendo compromissos concretos para a transformação urbana alinhada à justiça social e à conservação ambiental (ONU, 2015).

O planejamento urbano deve ser orientado por estratégias que conciliem o crescimento das cidades com a preservação e regeneração dos ecossistemas naturais. Nesse sentido, é

fundamental que o ambiente urbano seja concebido de forma a não comprometer o meio físico-natural, mas, ao contrário, que favoreça processos regenerativos da natureza e promova a reconexão dos fluxos ecológicos por meio de ciclos adaptativos, ainda que complexos, são possíveis e necessários (HERZOG, 2013).

O conceito de resiliência, embora varie conforme o campo do conhecimento em que é aplicado, tem origem nos estudos ecológicos de Holling (1973), que o definiu como a capacidade de um ecossistema manter sua estrutura e funções essenciais mesmo após sofrer perturbações. No contexto urbano, adota-se uma concepção mais ampla e dinâmica, entendida como a capacidade de um sistema social, ambiental ou territorial de resistir, continuar operando e se recuperar diante de eventos extremos (ZOLLI, 2013).

Aplicada ao planejamento territorial, a resiliência torna-se um elemento-chave para a sustentabilidade urbana. Para que as cidades sejam de fato sustentáveis, é necessário que ampliem suas capacidades adaptativas frente aos impactos das mudanças climáticas e às instabilidades econômicas, sociais e ambientais. Isso implica reduzir vulnerabilidades, fortalecer a coesão territorial e promover mecanismos de adaptação contínua (PANTALEÃO; CORTESE, 2016). Nesse processo, o desenvolvimento sustentável é impulsionado à medida que se fomenta a habilidade coletiva de enfrentar estresses ambientais, econômicos e políticos, mitigando riscos e construindo respostas territorializadas e integradas (BARROS; CAVALCANTI, 2013).

De acordo com a FAO (2012), nos países de baixa renda, a urbanização ocorre de forma acelerada e desestruturada, marcada por elevados índices de pobreza, insegurança alimentar e desemprego. Estima-se que cerca de um bilhão de pessoas em todo o mundo vivam em assentamentos precários, muitas vezes sem acesso adequado a serviços essenciais como saneamento básico, saúde pública e abastecimento de água. Grande parte dessa população vulnerável destina a maior parte de sua renda à compra de alimentos, e mesmo assim enfrenta altos níveis de desnutrição. Diante desse cenário, muitas famílias recorrem ao cultivo de alimentos em pequenos espaços disponíveis como quintais, margens de rios, terrenos baldios, áreas ao longo de rodovias, ferrovias e sob linhas de transmissão elétrica, como forma de complementar sua alimentação (FAO, 2012).

Para Mougeot (2006), a cidade do futuro deve se estruturar como um ecossistema urbano, resiliente e autossuficiente, em que a agricultura urbana seja elemento chave para sua sustentabilidade. A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), nesse contexto, desponta como uma alternativa eficaz de combate à pobreza urbana. Com baixos custos iniciais de implantação, ciclos curtos de produção, alto rendimento por unidade de área e de água, e produtos com significativo valor comercial, a AUP pode gerar emprego, renda e fortalecer a segurança alimentar urbana (FAO, 2012).

Nesse contexto, a Agricultura Urbana e Periurbana tem sido cada vez mais reconhecida como uma estratégia relevante para enfrentar potenciais crises de abastecimento nas cidades, provocadas por situações emergenciais, além de contribuir para a ampliação dos espaços verdes e o fortalecimento de vínculos sociais e ambientais positivos. Ao oferecer acesso a alimentos frescos e saudáveis, essa prática reforça o papel da cidade como território de produção e não apenas de consumo. A adoção de modelos agroecológicos e sustentáveis de produção que incorporam dimensões sociais, políticas, culturais, energéticas, ambientais e éticas torna-se, assim, um eixo fundamental para a construção de sistemas agroalimentares mais resilientes e justos.

3.2 Experiências de agricultura urbana em cidades modelo e sua contribuição para a resiliência urbana

A agricultura urbana tem se consolidado, em diferentes partes do mundo, como uma estratégia multifuncional para enfrentar os desafios impostos pela urbanização acelerada, mudanças climáticas e insegurança alimentar. Suas práticas não apenas transformam o uso do solo urbano, mas também fortalecem os vínculos sociais, promovem a sustentabilidade e ampliam a resiliência das cidades frente a crises e vulnerabilidades (MOUGEOT, 2006; DELGADO, 2017).

Experiências internacionais demonstram que a implementação da agricultura urbana e periurbana (AUP) está fortemente ligada ao fortalecimento de políticas públicas locais, ao engajamento comunitário e à inserção dessa prática como parte da infraestrutura ecológica urbana. É o caso de cidades como Havana (Cuba), onde a AUP foi institucionalizada como estratégia de soberania alimentar após o colapso do bloco soviético, com hortas urbanas, chamadas de organopônicos, integradas ao tecido urbano e promovidas pelo Estado, resultando em ganhos expressivos para a segurança alimentar da população e para a regeneração ambiental dos espaços urbanos (FAO, 2012).

Na cidade de Nova Iorque, o poder público tem promovido a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) por meio de programas de financiamento, capacitação e educação ambiental, voltados especialmente à compostagem, gestão participativa e produção sustentável de alimentos. Essas iniciativas são direcionadas, em grande parte, às populações em situação de vulnerabilidade social, como exemplifica a horta comunitária Friends of Brook Park, localizada no distrito do South Bronx (DTPS, 2012).

Outro exemplo relevante é o projeto East New York Farms, no bairro do Brooklyn, que opera com duas unidades produtivas urbanas — ou “fazendas” — responsáveis por uma produção anual de aproximadamente quatro toneladas de alimentos. Além de sua importância no abastecimento local, o projeto também se destaca pela dimensão educativa, promovendo a formação de cerca de 33 jovens agricultores a cada ciclo de nove meses, estimulando o protagonismo juvenil e a conexão entre juventude, território e sustentabilidade (DTPS, 2012).

No município de São Paulo, a regulamentação da Agricultura Urbana teve início em 2004, com a promulgação da Lei nº 13.727/2004, que instituiu o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP) (SANANDREU; LOVO, 2007). A criação do programa teve como objetivo central incentivar a prática da AUP como instrumento de geração de emprego e renda, contribuindo para o enfrentamento da fome e para a promoção da inclusão social, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade (SANTOS, 2020).

Segundo o artigo 1º da referida legislação, considera-se agricultura urbana “toda a atividade destinada ao cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, plantas frutíferas e flores, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano no âmbito do município” (Lei nº 13.727/2004, p. 1). Essa definição amplia a compreensão da agricultura urbana ao integrá-la às diversas formas de produção e transformação de alimentos, reconhecendo sua importância econômica, social e ambiental no contexto urbano paulistano.

Essas experiências exemplificam como a agricultura urbana pode ser incorporada como infraestrutura resiliente, articulando serviços ecossistêmicos urbanos, como regulação térmica, infiltração hídrica e sequestro de carbono, a funções sociais e econômicas essenciais. Para Delgado (2017), trata-se de reconhecer a agricultura urbana como parte do metabolismo urbano, com impactos diretos na saúde pública, no bem-estar e na justiça ambiental.

A construção da resiliência urbana, entendida como a capacidade da cidade de resistir, adaptar-se e transformar-se diante de crises (ZOLLI, 2013), encontra na AUP um mecanismo prático e territorializado de enfrentamento aos estresses climáticos, sanitários e socioeconômicos. Campbell et al. (2009) reforçam que práticas agrícolas localizadas em áreas vulneráveis podem reduzir os efeitos da pobreza e promover a reabilitação ecológica de zonas críticas, prevenindo ocupações irregulares e fortalecendo a função social da terra urbana.

Dessa forma, as cidades-modelo demonstram que a agricultura urbana não deve ser compreendida como prática periférica ou emergencial, mas como um instrumento estruturante de planejamento urbano sustentável, capaz de reorganizar o território de forma mais inclusiva, participativa e ambientalmente integrada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da agricultura urbana sob a perspectiva do uso do solo, da segurança alimentar, da geração de renda e da resiliência urbana permite compreender essa prática como uma potente estratégia de transformação territorial, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade social e degradação ambiental.

Ao reconfigurar vazios urbanos e espaços subutilizados, a agricultura urbana não apenas responde a necessidades alimentares e econômicas imediatas, como também ativa processos simbólicos e ecológicos de requalificação da paisagem urbana. Nesses processos, emergem novas formas de apropriação do espaço, baseadas na coletividade, no cuidado, na produção de vínculos e na sustentabilidade.

A agricultura urbana revela-se, assim, como infraestrutura verde acessível, multiescalar e inclusiva, que contribui para a promoção de serviços ecossistêmicos, a ampliação do direito à cidade e o fortalecimento da função social da propriedade urbana. Tais práticas devem, portanto, ser incorporadas às políticas públicas de planejamento e ordenamento territorial, reconhecendo sua relevância para a construção de cidades mais justas, resilientes e ambientalmente integradas.

Avançar nesse campo exige o fortalecimento de políticas intersetoriais, o reconhecimento institucional dessas práticas e a valorização dos saberes locais, articulando estratégias de planejamento urbano com os princípios da agroecologia, da justiça ambiental e da equidade territorial.

REFERÊNCIAS

- BARROS, E. A. de, CAVALCANTI, E. R., 2013. Resiliência e capacidade adaptativa: recursos para a sustentabilidade de cidades e comunidades. Anais: Encontros Nacionais da Anpur, 15.
- CAMPBELL, Marcia Caton; DUBBELING, Marielle; HOEKSTRA, Femke; VEENHUIZEN, René van., 2009. Construindo cidades resilientes. Revista de Agricultura Urbana, no 22, p.1-19.
- DELGADO, C. Agricultura urbana, alterações climáticas e cidades: um triângulo latente em que urge trabalhar. Revista Quercus Ambiente, Lisboa, 2017.
- DTPS, Design Trust for Public Space, 2012. FIVE BOROUGH FARM: Seeding the Future of Urban Agriculture in New York City.

FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. 2012. Criar Cidades Mais Verdes.

FILHO, Haroldo Machado; MORAES, Cássia; BENNATI, Paula; RODRIGUES, Renato de Aragão; GUILLES, Marcela; ROCHA, Pedro; LIMA, Amanda; VANSCONCELOS, Isadora. Mudança do clima e os impactos na agricultura familiar no Norte e Nordeste do Brasil. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Brasília, 2016.

HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HERZOG, C. P. (2013). Cidades para todos-(re) aprendendo a conviver com a natureza (1a ed.). Rio de Janeiro: Mauad X: Inverde.

HOLLING, C. S., 1973: Resilience and Stability of Ecological Systems. Annual Review of Ecology and Systematics 4, p 1-23.

LARSEM; Kirstem; 2009. Adaptação à mudança climática e construção da resiliência urbana na Austrália. Revista de Agricultura Urbana no. 22 – Julho de 2009.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MOUGEOT, L. J. A. Growing better cities: urban agriculture for sustainable development. Ottawa: IDRC – International Development Research Centre, 2006.

ONU, Organização das Nações Unidas. (2015). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso:23/04/2021.

PANTALEÃO, C. C.; CORTESE, T., T. P.; 2016. Capacidade de resiliência urbana: estudo de caso da cidade Addis Ababa na Etiópia. Revista de Gestão e Secretariado – GeSeC.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras, mimeo, 2007.

SANTOS, Erika Vanessa Moreira, Rosangela Aparecida De Medeiros Hespanhol, and Xiomara A. Moreno Lorenzo. "Agricultura Urbana Nas Cidades Cubanas De Camaguey E Cienfuegos." Confins: Revue Franco-brésilienne De Géographie (2020): Confins : Revue Franco-brésilienne De Géographie, 2020-06-30. Web.

SÃO PAULO. Lei Municipal nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004. Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no município de São Paulo e define suas diretrizes. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13727-de-12-de-janeiro-de-2004/consolidado>.

ZOLLI, A. (2013). Adapte-se: resiliência: como pessoas, sociedade e organizações podem enfrentar mudanças e adaptar-se a elas. Rio de Janeiro: Elsevier.